

**REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) N.º 750/2014 DA COMISSÃO****de 10 de julho de 2014****relativo a medidas de proteção em relação à diarreia epidémica dos suínos no que diz respeito aos requisitos de saúde animal aplicáveis à introdução de suínos na União****(Texto relevante para efeitos do EEE)**

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta a Diretiva 91/496/CEE do Conselho, de 15 de julho de 1991, que fixa os princípios relativos à organização dos controlos veterinários dos animais provenientes de países terceiros introduzidos na Comunidade e que altera as Diretivas 89/662/CEE, 90/425/CEE e 90/675/CEE <sup>(1)</sup>, nomeadamente o artigo 18.º, n.ºs 1 e 7,

Considerando o seguinte:

- (1) A Diretiva 91/496/CEE prevê que, se uma doença ou qualquer outro fenómeno suscetível de constituir uma ameaça grave para a saúde animal ou humana ocorrer ou se propagar no território de um país terceiro ou se qualquer outra razão grave de polícia sanitária o justificar, a Comissão pode, por sua própria iniciativa ou a pedido de um Estado-Membro, adotar medidas sem demora, incluindo relativas a condições especiais para os animais provenientes de todo ou de parte do país terceiro em causa.
- (2) O Regulamento (UE) n.º 206/2010 da Comissão <sup>(2)</sup> estabelece, *inter alia*, os requisitos de certificação veterinária para a introdução na União de determinadas remessas de animais vivos. O regulamento estabelece que as remessas de ungulados só podem ser introduzidas na União se cumprirem determinados requisitos e forem acompanhadas do certificado veterinário adequado, redigido em conformidade com o modelo correspondente constante do anexo I, parte 2, do mesmo regulamento.
- (3) Os requisitos de saúde animal estabelecidos nos modelos de certificados veterinários fornecem garantias em relação às doenças dos animais que podem pôr em risco o estatuto sanitário da União. O cumprimento destes requisitos é, por conseguinte, fundamental para proteger a União de surtos de doenças exóticas.
- (4) Uma notificação pelos Estados Unidos à Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) <sup>(3)</sup> revela que surgiu na América do Norte uma nova doença coronaviral entérica dos suínos causada por coronavírus alfa emergentes, incluindo o vírus da diarreia epidémica dos suínos, e um novo coronavírus delta dos suínos. O Canadá informou a Comissão dos resultados positivos dos testes para detetar a presença de coronavírus alfa e coronavírus delta realizados em explorações suinícolas canadianas.
- (5) A diarreia epidémica dos suínos causada pelo coronavírus alfa emergente e pelo novo coronavírus delta dos suínos pode constituir um risco para o estatuto sanitário da União. A doença afeta os suínos e a sua manifestação clínica é mais evidente em leitões, nos quais tem causado taxas de mortalidade elevadas.
- (6) Por conseguinte, é necessário rever os requisitos de saúde animal aplicáveis à entrada na União de remessas de suínos oriundas das zonas em que a doença provocada por esses vírus está presente, a fim de assegurar as garantias necessárias na exploração de origem e evitar a introdução de diarreia epidémica dos suínos causada por esses vírus na União.
- (7) Devido à necessidade de proteger a saúde animal na União e à grave ameaça que a introdução na União de suínos vivos para reprodução e/ou rendimento representa, a Comissão deve adotar medidas de salvaguarda provisórias aplicáveis às remessas desses animais provenientes dos países terceiros afetados enumerados no anexo I do presente regulamento. Por conseguinte, as remessas desses animais devem ser acompanhadas de um certificado sanitário em conformidade com o modelo estabelecido no anexo II do presente regulamento, que prevê garantias específicas no que diz respeito à diarreia epidémica dos suínos causada pelo coronavírus alfa emergente e ao novo coronavírus delta dos suínos.

<sup>(1)</sup> JO L 268 de 24.9.1991, p. 56.

<sup>(2)</sup> Regulamento (CE) n.º 206/2010 da Comissão, de 12 de março de 2010, que estabelece as listas de países terceiros, territórios ou partes destes autorizados a introduzir na União Europeia determinados animais e carne fresca, bem como os requisitos de certificação veterinária (JO L 73 de 20.3.2010, p. 1).

<sup>(3)</sup> [http://www.oie.int/wahis\\_2/public/wahid.php/Reviewreport/Review?page\\_refer=MapFullEventReport&reportid=15133](http://www.oie.int/wahis_2/public/wahid.php/Reviewreport/Review?page_refer=MapFullEventReport&reportid=15133)

- (8) Tendo em conta o grave risco para a saúde animal colocado por essas remessas, essas medidas de salvaguarda provisórias devem entrar em vigor no dia seguinte ao da publicação do presente regulamento e ser aplicáveis por um período de 6 meses.
- (9) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

Em derrogação do artigo 3.º, alínea b), e do anexo I, partes 1 e 2, do Regulamento (UE) n.º 206/2010, as remessas de suínos vivos para reprodução e rendimento, abrangidos pelo modelo de certificado veterinário «POR-X» que consta desse anexo, provenientes de países terceiros enumerados no anexo I do presente regulamento, devem ser acompanhadas de um certificado veterinário em conformidade com o modelo estabelecido no anexo II do presente regulamento.

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

É aplicável até 12 de janeiro de 2015.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 10 de julho de 2014.

*Pela Comissão*

*O Presidente*

José Manuel BARROSO

---

ANEXO I

CA — Canadá

US — Estados Unidos

---

## ANEXO II

## Modelo POR-X -PED

## PAÍS

## Certificado veterinário para a UE

Parte I: Detalhes relativos à remessa expedida	I.1. Expedidor Nome Endereço  Tel.		I.2. Número de referência do certificado		I.2.a.			
			I.3. Autoridade central competente					
			I.4. Autoridade local competente					
	I.5. Destinatário Nome Endereço  Código postal Tel.		I.6.					
	I.7. País de origem	Código ISO	I.8. Região de origem	Código	I.9. País de destino	Código ISO	I.10. Região de destino	Código
	I.11. Local de origem  Nome Endereço		Número de aprovação		I.12.			
	I.13. Local de carregamento Endereço		Número de aprovação		I.14. Data da partida			
	I.15. Meios de transporte  Avião <input type="checkbox"/> Navio <input type="checkbox"/> Vagão Ferroviário <input type="checkbox"/> Veículo rodoviário <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Identificação Referência documental		I.16. PIF de entrada na UE					
			I.17.					
	I.18. Descrição da mercadoria				I.19. Código do produto (Código SH) <b>01.03</b>			
				I.20. Número/Quantidade				
I.21.				I.22. Número de embalagens				
I.23. Número do selo/do contentor				I.24.				
I.25. Mercadorias certificadas para:  Reprodução <input type="checkbox"/>								
I.26.				I.27. Para importação ou admissão na UE <input type="checkbox"/>				
I.28. Identificação das mercadorias  Espécie                      Sistema de identificação                      Número de identificação                      Idade                      Sexo (designação científica)								

## PAÍS

## Modelo POR-X

II.	Informações sanitárias	II.a.	Número de referência do certificado	II.b.
-----	------------------------	-------	-------------------------------------	-------

  

Parte II: Certificação

**II.1. Atestado de saúde pública**

O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que os animais descritos no presente certificado:

II.1.1. provêm de explorações que não foram alvo de qualquer proibição oficial por razões sanitárias, nos últimos 42 dias, no caso da brucelose, nos últimos 30 dias, no caso do carbúnculo, e nos últimos seis meses, no caso da raiva, e não estiveram em contacto com animais de explorações que não respeitassem essas condições;

II.1.2. não receberam:

- quaisquer estilbenos ou substâncias com efeito tireostático,
- substâncias com efeito estrogénico, androgénico ou gestagénico ou  $\beta$ -agonistas, a não ser para tratamento terapêutico ou tratamento zootécnico [conforme definidos na Diretiva 96/22/CE do Conselho (JO L 125 de 23.5.1996, p. 3)].

**II.2. Atestado de sanidade animal**

O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que os animais acima descritos satisfazem os seguintes requisitos:

II.2.1. provêm do território com o código: ..... <sup>(1)</sup> e, na data de emissão do presente certificado:

<sup>(2)</sup> quer [a] esse território estava indemne há 24 meses de febre aftosa, há 12 meses de peste bovina, peste suína africana, peste suína clássica, doença vesiculosa dos suínos e exantema vesiculoso, e]

<sup>(2)</sup> quer [a] i) esse território estava indemne [há 24 meses de febre aftosa] <sup>(2)</sup>, há 12 meses de peste bovina, peste suína africana, exantema vesiculoso, [peste suína clássica] <sup>(2)</sup> e [doença vesiculosa dos suínos] <sup>(2)</sup>, e

ii) esse território era considerado indemne de [febre aftosa] <sup>(2)</sup>, [peste suína clássica] <sup>(2)</sup> e [doença vesiculosa dos suínos] <sup>(2)</sup>, desde ..... (dd/mm/aaaa), sem que se tivessem verificado casos/focos desde essa data, e estava autorizado a exportar esses animais pelo Regulamento (UE) n.º ..... / ..... da Comissão, de ..... (dd/mm/aaaa), e]

<sup>(2)</sup> quer [b] há 6 meses de estomatite vesiculosa, e]

<sup>(2)</sup> <sup>(3)</sup> quer [b] os animais, antes de entrarem na quarentena pré-exportação, foram mantidos durante 21 dias, ou desde o seu nascimento se tiverem menos de 21 dias de idade, numa exploração onde não foi comunicado oficialmente nenhum caso de estomatite vesiculosa durante esse período e, durante a quarentena pré-exportação com uma duração não inferior a 30 dias antes da expedição, num centro de quarentena protegido contra insetos vetores, onde foram submetidos, com resultados negativos numa diluição serológica de 1:32, a um teste de neutralização do vírus para deteção da estomatite vesiculosa, realizado como se refere no anexo I, parte 6, do Regulamento (UE) n.º 206/2010 da Comissão (JO L 73 de 20.3.2010, p. 1) em amostras colhidas pelo menos 21 dias após o início da quarentena, e]

c) os animais foram mantidos durante os 40 dias anteriores à expedição numa exploração em que não foi confirmado nenhum caso de diarreia epidémica dos suínos nem houve suspeitas dessa doença, e foram submetidos a um teste de identificação do agente (PCR) para a deteção do vírus da diarreia epidémica dos suínos e do coronavírus delta dos suínos em amostras fecais colhidas nos sete dias anteriores à data da expedição, com resultados negativos, e não foram vacinados contra esses vírus, e

d) não tinha sido efetuada nesse território qualquer vacinação contra as doenças referidas na alínea a) nos últimos 12 meses e as importações de biungulados domésticos vacinados contra essas doenças não eram aí permitidas;

II.2.2. permaneceram no território descrito no ponto II.2.1 desde o seu nascimento ou, pelo menos, nos últimos seis meses antes da expedição para a União e não tiveram qualquer contacto com biungulados importados nos últimos 30 dias;

II.2.3. permaneceram na(s) exploração(ões) descrita(s) na casa I.11 desde o seu nascimento ou, pelo menos, nos 40 dias anteriores à expedição e, durante esse período, na(s) exploração(ões) e numa área de 10 km de raio em redor da(s) exploração(ões) de origem, não se verificou qualquer caso/foco das doenças referidas no ponto II.2.1;

## PAÍS

## Modelo POR-X

II.	Informações sanitárias	II.a.	Número de referência do certificado	II.b.
II.2.4. A	não são animais que devam ser destruídos ao abrigo de um programa nacional de erradicação de doenças, nem foram vacinados contra as doenças referidas no ponto II.2.1;			
( <sup>2</sup> ) ( <sup>3</sup> ) II.2.4. B	foram submetidos, nos últimos 30 dias, a um teste para pesquisa dos anticorpos da doença vesiculosa dos suínos e a um teste para pesquisa dos anticorpos da peste suína clássica, com resultados negativos em ambos os casos;]			
( <sup>2</sup> ) ( <sup>4</sup> ) II.2.4. C	foram submetidos, nos últimos 30 dias, a uma prova do antígeno brucélico tamponado para deteção da brucelose dos suínos, com resultados negativos;]			
II.2.5.	provêm de efetivos não submetidos a restrições ao abrigo do programa nacional de erradicação da brucelose;			
II.2.6.	são animais que são/foram ( <sup>2</sup> ) expedidos da(s) exploração(ões) de origem sem terem passado por qualquer mercado,			
( <sup>2</sup> ) <i>quer</i>	[diretamente para a União]			
( <sup>2</sup> ) <i>quer</i>	[para o centro de agrupamento oficialmente aprovado descrito na casa I.13, situado no território descrito no ponto II.2.1]			
	e, até serem expedidos para a União:			
a)	não estiveram em contacto com quaisquer outros biungulados que não respeitassem os requisitos sanitários descritos no presente certificado, e			
b)	não estiveram em qualquer local onde, nem aí nem num raio de 10 km em seu redor, se tenha verificado nos 40 dias anteriores um caso/foco de qualquer das doenças referidas no ponto II.2.1, e			
c)	caso o país não tenha estado indemne de estomatite vesiculosa durante 6 meses, foram transportados para o local de carregamento protegidos de insetos vetores;			
II.2.7.	foram carregados em contentores ou veículos de transporte limpos e desinfetados antes do carregamento com um desinfetante oficialmente aprovado;			
II.2.8.	foram examinados por um veterinário oficial nas 24 horas anteriores ao carregamento e não apresentavam qualquer sinal clínico de doença;			
II.2.9.	foram carregados para expedição para a União em ..... (dd/mm/aaaa) ( <sup>5</sup> ) no meio de transporte descrito na casa I.15, que foi limpo e desinfetado antes do carregamento com um desinfetante oficialmente aprovado e que foi construído de forma a que os excrementos, a urina, os materiais de cama e as forragens não possam escorrer ou cair do veículo ou contentor durante o transporte.			
<b>II.3.</b>	<b>Atestado de transporte dos animais</b>			
	O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que os animais acima descritos foram tratados antes e aquando do carregamento em conformidade com as disposições pertinentes do Regulamento (CE) n.º 1/2005 do Conselho (JO L 3 de 5.1.2005, p. 1), nomeadamente no que diz respeito ao abeberamento e à alimentação, e estão aptos para o transporte previsto.			
( <sup>2</sup> ) ( <sup>6</sup> ) II.4.	<b>Requisitos específicos</b>			
II.4.1.	A doença de Aujeszky é uma doença de declaração obrigatória no país referido na casa I.7;			
II.4.2.	segundo as informações oficiais, não se registaram nos últimos 12 meses manifestações clínicas, patológicas ou serológicas da doença de Aujeszky na(s) exploração(ões) de origem referida(s) na casa I.11, nem nas explorações situadas num raio de 5 km em seu redor;			
II.4.3.	os animais referidos na casa I.28:			
a)	antes da expedição para exportação, permaneceram desde o nascimento na(s) exploração(ões) de origem referida(s) na casa I.11 ou permaneceram nessa(s) exploração(ões) nos últimos 3 meses e noutras de estatuto equivalente desde o nascimento,			
b)	foram, nos 30 dias imediatamente anteriores à expedição para exportação, isolados em instalações aprovadas pela autoridade competente, sem contacto direto ou indireto com outros Suidae,			

## PAÍS

## Modelo POR-X

II.	Informações sanitárias	II.a.	Número de referência do certificado	II.b.
	<p>c) foram submetidos a uma prova ELISA para pesquisa da presença de Ig (<sup>7</sup>) em soro colhido, pelo menos, 21 dias após a entrada em isolamento, com resultados negativos, e todos os animais em isolamento apresentaram também resultados negativos nesta prova, e</p> <p>d) não foram vacinados contra a doença de Aujeszky e não estiveram em contacto com animais vacinados e o efetivo de origem não foi vacinado nos 12 meses anteriores.]</p> <p>(<sup>2</sup>) (<sup>8</sup>) [II.4.4. .... (outros requisitos e/ou testes)</p> <p>..... ]</p>			

## Notas

O presente certificado aplica-se aos suínos (*Sus scrofa*) domésticos vivos, destinados a reprodução ou rendimento.

Após a importação, os animais devem ser encaminhados sem demora para a exploração de destino, onde devem permanecer por um período mínimo de 30 dias antes de qualquer outra deslocação para o exterior da exploração, exceto no caso de animais expedidos diretamente para um matadouro ou de animais em trânsito na União de um país terceiro para outro país terceiro.

## Parte I:

- Casa I.8: Indicar o código de território tal como consta do anexo I, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.
- Casa I.13: O centro de agrupamento, se o houver, deve respeitar as condições de aprovação estabelecidas no anexo I, parte 5, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.
- Casa I.15: Indicar o número de registo/matricula (carruagens ferroviárias ou contentores e camiões), número do voo (avião) ou nome (navio). Em caso de descarregamento e recarregamento, o expedidor deve informar o PIF de entrada na União.
- Casa I.23: No caso de contentores ou caixas, indicar o número do contentor e o número do selo (se for caso disso).
- Casa I.28: *Sistema de identificação*: os animais devem ostentar:
  - um número individual que permita rastreá-los até às respetivas instalações de origem. Especificar o sistema de identificação (ou seja, marca, tatuagem, estigma, pastilha, transponder),
  - uma marca auricular que contenha o código ISO do país de exportação. O número individual deve permitir rastreá-los até às respetivas instalações de origem.
- Casa I.28: *Idade*: meses.
- Casa I.28: *Sexo* (M = macho, F = fêmea, C = castrado).

## Parte II:

- (<sup>1</sup>) Código de território tal como consta do anexo I, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.
- (<sup>2</sup>) Riscar o que não interessa.
- (<sup>3</sup>) Garantias suplementares a fornecer quando forem exigidas, pela indicação «B», no anexo I, parte 1, coluna 5, «GS», do Regulamento (UE) n.º 206/2010.
- (<sup>4</sup>) Garantias suplementares a fornecer quando forem exigidas, pela indicação «C», no anexo I, parte 1, coluna 5, «GS», do Regulamento (UE) n.º 206/2010.
- (<sup>5</sup>) Data de carregamento. As importações destes animais não serão autorizadas quando os animais tiverem sido carregados, quer antes da data de autorização de exportação para a União a partir do país terceiro, território ou parte destes mencionado nas casas I.7 e I.8, quer durante um período em que tenham sido adotadas pela União medidas de restrição das importações desses animais a partir desse país terceiro, território ou parte destes.
- (<sup>6</sup>) Quando exigido pelo Estado-Membro de destino ou pela Suíça, em conformidade com a Decisão 2008/185/CE e com o Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo ao comércio de produtos agrícolas (JO L 114 de 30.4.2002, p. 132), exceto no caso dos países com a indicação «IX» no anexo I, parte 1, coluna 6, «Condições específicas», do Regulamento (UE) n.º 206/2010.
- (<sup>7</sup>) A efetuar de acordo com as normas estabelecidas no anexo III da Decisão 2008/185/CE da Comissão (JO L 59 de 4.3.2008, p. 19). No caso dos suínos com mais de 4 meses de idade, será utilizada a prova ELISA para o vírus inteiro.
- (<sup>8</sup>) Requisitos suplementares requeridos pela Finlândia no que diz respeito à gastroenterite transmissível.
- (<sup>9</sup>) Garantias suplementares a fornecer quando forem exigidas, pela indicação «D», no anexo I, parte 1, coluna 5, «GS», do Regulamento (UE) n.º 206/2010.

**PAÍS****Modelo POR-X**

II.	Informações sanitárias	II.a.	Número de referência do certificado	II.b.
Veterinário oficial				
Nome (em maiúsculas):		Qualificações e cargo:		
Data:		Assinatura:		
Carimbo:				